

Fundação Paraibana de Gestão em Saúde

**PB SAÚDE**

**Técnico de Enfermagem**

NV-014ST-24-FUNDACAO-PB-SAUDE-TEC-ENF



Amostra grátis da apostila PB SAÚDE – Técnico de Enfermagem. Para adquirir o material completo, acesse [www.novaconcursos.com.br](http://www.novaconcursos.com.br).

# SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ FONOLOGIA: CONCEITO .....	11
ENCONTROS VOCÁLICOS, DÍGRAFOS.....	11
ORTOGRAFIA .....	11
DIVISÃO SILÁBICA .....	12
ACENTUAÇÃO .....	12
ORTOÉPIA E PROSÓDIA .....	13
■ MORFOLOGIA: ESTRUTURA E FORMAÇÃO DAS PALAVRAS .....	13
■ CLASSE DE PALAVRAS .....	17
■ SINTAXE.....	38
Termos da Oração .....	38
CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DAS ORAÇÕES.....	38
PERÍODO COMPOSTO .....	43
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	46
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	48
■ CRASE .....	52
■ PONTUAÇÃO.....	53
■ SEMÂNTICA.....	56
A SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS NO TEXTO .....	56
■ INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	58
LEGISLAÇÃO DO SUS .....	69
■ EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) – PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E AR CABOUÇO LEGAL .....	69
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 1988: TÍTULO VIII – ARTS. DE 194 A 200 .....	75
■ LEI ORGÂNICA DA SAÚDE – LEI N° 8.080, DE 1990 .....	81
■ LEI N° 8.142, DE 1990 .....	101

■ DECRETO PRESIDENCIAL Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011 .....	104
■ PORTARIA N° 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 – APROVA A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA, ESTABELECENDO A REVISÃO DE DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) .....	111
■ PORTARIA GM/MS Nº 1.604, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023 – INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE (PNAES), NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE .....	119
■ RESOLUÇÃO CNS Nº 553, DE 9 DE AGOSTO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A CARTA DOS DIREITOS E DEVERES DA PESSOA USUÁRIA DA SAÚDE .....	121
 LEGISLAÇÃO DA PB SAÚDE.....	133
■ ESTATUTO DA PB SAÚDE - DECRETO N° 40.096 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020 .....	133
■ CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS CIVIS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO PARAÍBA - DECRETO N° 44.504 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023 .....	133
■ REGIMENTO INTERNO DA PB SAÚDE - APROVADO NA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2020 .....	134
 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	135
■ INTRODUÇÃO À SAÚDE PÚBLICA: DEFINIÇÕES E CONCEITOS BÁSICOS EM SAÚDE PÚBLICA.....	135
HISTÓRIA DA SAÚDE PÚBLICA .....	135
POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA LOCAL.....	137
PAPEL DOS TÉCNICOS DE SAÚDE PÚBLICA NA COMUNIDADE .....	139
ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA: GESTÃO DE UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA ....	140
■ EPIDEMIOLOGIA: PRINCÍPIOS DE EPIDEMIOLOGIA E ESTATÍSTICAS DE SAÚDE .....	142
■ SURTO DE DOENÇAS E INVESTIGAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA.....	144
PREVENÇÃO E CONTROLE DE SURTOS.....	144
VIGILÂNCIA DE DOENÇAS .....	145
■ POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE .....	146
■ PACTO PELA SAÚDE .....	147
■ PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS: ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS.....	149

■ PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS .....	153
■ EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMUNITÁRIA .....	154
■ ATENDIMENTO PRIMÁRIO À SAÚDE: MODELO DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE .....	155
■ TRABALHO EM EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	159
■ ACESSO EQUITATIVO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE .....	160
■ GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ORÇAMENTÁRIOS .....	161
■ AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE.....	167
■ SAÚDE MATERNO-INFANTIL: CUIDADOS PRÉ-NATAIS E NEONATAIS .....	170
■ PLANEJAMENTO FAMILIAR E SAÚDE REPRODUTIVA.....	177
■ CUIDADOS DE SAÚDE INFANTIL.....	178
■ DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS: CONTROLE DE DOENÇAS INFECCIOSAS .....	178
■ VACINAÇÃO E IMUNIZAÇÃO .....	180
IMUNIZAÇÃO: ESQUEMA BÁSICO RECOMENDADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DOENÇAS PREVENÍVEIS POR IMUNIZAÇÃO.....	180
■ EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA: PLANEJAMENTO E RESPOSTA A DESASTRES .....	186
■ PREPARAÇÃO PARA EPIDEMIAS E PANDEMIAS.....	187
■ COORDENAÇÃO DE EQUIPES DE RESPOSTA.....	189
■ FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM .....	190
DRENAGENS.....	190
ASPIRAÇÃO DE SECREÇÕES .....	190
MECÂNICA CORPORAL.....	190
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA.....	190
CUIDADOS COM AS ELIMINAÇÕES.....	190
BALANÇO HIDROELETROLÍTICO.....	191
BANDAGEM .....	191
GLICOSÚRIA.....	191
GLICEMIA CAPILAR.....	191
SINAIS VITAIS.....	191
PRESSÃO VENOSA CENTRAL.....	193
OXIGENOTERAPIA .....	195

BALANÇO HÍDRICO .....	196
COLETA DE MATERIAL PARA EXAMES LABORATORIAIS .....	197
ALIMENTAÇÃO.....	200
<b>■ CUIDADOS DE ENFERMAGEM AO ADULTO .....</b>	<b>201</b>
AFECÇÕES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL .....	201
AFECÇÕES DO SISTEMA RESPIRATÓRIO.....	202
AFECÇÕES DO SISTEMA GASTROINTESTINAL.....	204
AFECÇÕES DO SISTEMA CARDIOVASCULAR .....	207
AFECÇÕES DO SISTEMA ENDÓCRINO.....	211
AFECÇÕES DO SISTEMA ESQUELÉTICO .....	214
HEMODIÁLISE.....	215
PRÉ, TRANS E PÓS-OPERATÓRIO .....	216
URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS .....	225
TERAPIA INTENSIVA.....	226
<b>■ CUIDADOS DE ENFERMAGEM À SAÚDE DA MULHER, COM ÊNFASE À PREVENÇÃO DOS CÂNCERES COLO-UTERINO E DE MAMA, DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E AIDS .....</b>	<b>229</b>
<b>■ CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM PEDIATRIA.....</b>	<b>240</b>
AVALIAÇÃO DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.....	240
DOENÇAS PREVALENTES NA INFÂNCIA .....	241
Diarreia.....	241
Afecções Respiratórias .....	241
Desidratação .....	241
Desnutrição .....	241
Verminose .....	241
Doenças Infectocontagiosas .....	242
URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS.....	242
Parada Cardiorrespiratória .....	242
Fraturas.....	244
Queimaduras .....	244
Convulsão.....	246
Afogamento.....	247
Hemorragias.....	248
Mordeduras .....	248



Choque Elétrico .....	249
<b>COMA.....</b>	<b>249</b>
DISTÚRBIOS NEUROLÓGICOS, CARDÍACOS, GÁSTRICOS, NUTRICIONAIS, ESQUELÉTICOS E ENDÓCRINOS .....	249
<b>■ NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA.....</b>	<b>249</b>
<b>■ CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA ONCOLOGIA.....</b>	<b>252</b>
PRINCÍPIOS GERAIS; CUIDADOS BÁSICOS NA UTILIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS ARMAS TERAPÊUTICAS (CIRURGIA, RADIOTERAPIA, QUIMIOTERAPIA E HORMONIOTERAPIA).....	252
<b>■ PREPARO E MANUSEIO DE MATERIAIS PARA PROCEDIMENTOS .....</b>	<b>256</b>
<b>■ MEDIDAS DE CONFORTO .....</b>	<b>257</b>
PREPARO DO LEITO .....	257
MOVIMENTAÇÃO.....	257
TRANSPORTE DO PACIENTE .....	257
HIGIENE DO PACIENTE.....	257
<b>■ ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS: DOSAGENS E APLICAÇÃO .....</b>	<b>259</b>
<b>■ HIDRATAÇÃO .....</b>	<b>261</b>
<b>■ CURATIVOS.....</b>	<b>261</b>
<b>■ SONDAGENS.....</b>	<b>264</b>
<b>■ CONHECIMENTOS BÁSICOS INERENTES ÀS ATIVIDADES DO EMPREGO .....</b>	<b>270</b>

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## INTRODUÇÃO À SAÚDE PÚBLICA: DEFINIÇÕES E CONCEITOS BÁSICOS EM SAÚDE PÚBLICA

A saúde pública pode ser descrita como o conjunto de ações e políticas que têm como objetivo proteger e melhorar a saúde da população, utilizando estratégias que atuam sobre os fatores que determinam a saúde, como condições socioeconómicas, ambientais, educacionais e culturais.

Nesse sentido, a principal função da saúde pública é a prevenção de doenças e a promoção da saúde, através de esforços coletivos, o que a distingue da medicina curativa, que foca no tratamento de indivíduos já doentes.

Vale destacar que a saúde pública se trata de uma área coletiva que envolve uma gama de práticas governamentais, políticas e organizacionais voltadas para melhorar a saúde geral da população, incluindo a análise de fatores de risco, a aplicação de políticas de saúde pública, a implementação de programas de prevenção de doenças, e a garantia de que todos tenham acesso aos serviços de saúde.

Portanto, a abordagem adotada pela saúde pública é integrada e interdisciplinar, uma vez que abarca áreas como epidemiologia, vigilância sanitária, saúde ambiental, ciências sociais e políticas públicas.

### I HISTÓRIA DA SAÚDE PÚBLICA

A história da saúde pública é marcada por transformações políticas, sociais, científicas e culturais que moldaram as práticas de cuidado à saúde coletiva ao longo dos séculos.

Inicialmente, a saúde pública era um conceito pouco estruturado e muitas vezes associada ao controle de surtos e epidemias. No entanto, com o avanço do conhecimento científico e o desenvolvimento das políticas de Estado, a saúde pública passou a ser vista como um direito social e uma responsabilidade governamental.

Assim, a evolução da saúde pública acompanha a transformação da medicina, das ciências e das políticas sociais, passando por grandes marcos históricos que moldaram sua concepção e aplicação prática.

Desta forma, pode-se dizer que a evolução da saúde pública acompanha a transformação da medicina, das ciências e das políticas sociais, passando por grandes marcos históricos que moldaram sua concepção e aplicação prática.

### Antiguidade e Idade Média: Primeiras Práticas de Saúde Coletiva

A preocupação com a saúde da população é antiga, mas as práticas de saúde pública, como conhecemos hoje, tiveram origens embrionárias nas civilizações da Antiguidade, principalmente no Egito, Grécia e Roma.

Essas sociedades já demonstravam alguma preocupação com o saneamento básico, construção de aquedutos, banhos públicos e locais para descarte de resíduos, reconhecendo o papel dessas ações na prevenção de doenças.

Na Idade Média, porém, com a queda do Império Romano e o declínio do conhecimento científico, houve uma grande regressão nas práticas de saúde coletiva.

A medicina era dominada por superstições e crenças religiosas, e os surtos de doenças, como a Peste Negra (século XIV), dizimaram populações inteiras.

Nesse período, a saúde pública estava essencialmente relacionada a práticas isoladas de quarentena e controle de fronteiras, para tentar limitar a propagação de epidemias.

### Renascimento e Século XVIII: O Despertar da Saúde Pública Moderna

O Renascimento trouxe uma renovação no interesse pelo conhecimento científico, incluindo os aspectos da medicina e da saúde. No entanto, foi a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, que as condições de vida nas cidades começaram a exigir respostas mais estruturadas para os problemas de saúde pública.

Com o crescimento descontrolado das cidades e a superlotação, surgiram ambientes propícios para a disseminação de doenças infecciosas, como cólera, tuberculose e febre tifóide.

Os governos e cientistas começaram a reconhecer a relação entre as condições ambientais precárias (falta de saneamento, má ventilação, acúmulo de lixo) e o surgimento de epidemias.

O Relatório Chadwick, publicado em 1842 por Edwin Chadwick, foi um dos primeiros documentos a destacar a importância de melhorias no saneamento básico e nas condições de vida da população urbana, o que marcou o início da saúde pública moderna.

Portanto, Chadwick defendia que a melhoria das condições sanitárias e de habitação reduziria significativamente a mortalidade.

### Século XIX: A Revolução Microbiana e os Primeiros Sistemas de Saúde Pública

No século XIX, a Revolução Microbiana, com a descoberta dos microrganismos causadores de doenças, transformou completamente o campo da saúde pública.

Assim, a descoberta de Louis Pasteur sobre a teoria dos germes e o desenvolvimento das técnicas de esterilização e vacinas abriram o caminho para o controle mais eficaz de várias doenças infecciosas.

Além disso, o trabalho de John Snow em 1854, durante o surto de cólera em Londres, foi outro marco importante. Snow descobriu que a cólera estava sendo transmitida pela água contaminada e conseguiu rastrear a origem do surto até uma bomba de água específica.

Esse evento é considerado um dos primeiros exemplos de epidemiologia moderna e uma demonstração prática da importância da saúde pública na prevenção de epidemias.

Vale ressaltar que esse período também marcou o surgimento dos primeiros sistemas nacionais de saúde pública, como o Public Health Act de 1848, no Reino Unido, que estabeleceu diretrizes para o saneamento básico e a criação de comissões de saúde pública.

### Século XX: A Consolidação da Saúde Pública e a Criação de Sistemas Universais

No século XX, com os avanços das vacinas, da higiene e da medicina, a saúde pública começou a ser encarada como uma responsabilidade do Estado.

A criação da Liga das Nações e, posteriormente, da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1948, estabeleceu um esforço global para combater epidemias e melhorar as condições de saúde ao redor do mundo.

Nesse período, a saúde pública passou a englobar não apenas a prevenção de doenças infecciosas, mas também a promoção de um bem-estar integral, incluindo aspectos físicos, mentais e sociais, como definido pela OMS.

Houve também um grande foco no desenvolvimento de políticas sociais e programas de prevenção para doenças crônicas e não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e doenças cardíacas, que passaram a ser as principais causas de mortalidade nos países desenvolvidos.

A criação de sistemas universais de saúde, como o NHS no Reino Unido (1948) e o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil (1988), foi um grande marco da saúde pública no século XX.

Esses sistemas, portanto, visam garantir o acesso universal e gratuito à saúde, um princípio de que até então não era amplamente adotado. O SUS, em particular, incorporou os princípios de universalidade, integralidade e equidade, tornando-se referência em termos de saúde pública no mundo.

### A Saúde Pública no Brasil

A saúde pública no Brasil começou a se estruturar no início do século XX, principalmente após as reformas sanitárias promovidas pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, que foi responsável por campanhas de erradicação de epidemias urbanas, como a febre amarela e a varíola, no Rio de Janeiro.

Suas ações, como a campanha de vacinação obrigatória de 1904, foram marcos importantes para o controle de doenças e para a implementação de uma mentalidade sanitária no país.

No entanto, foi a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que o Brasil formalizou o acesso universal à saúde com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS representa um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, atendendo milhões de brasileiros por meio de uma rede que abrange desde a atenção primária até serviços de alta complexidade.

Além disso, o Brasil também teve avanços em termos de políticas de saúde pública, com programas de destaque como por exemplo o Programa Nacional de Imunizações – PNI, responsável pela ampla cobertura vacinal em todo o território nacional.

Outros programas de destaque no Brasil são o Programa Saúde da Família (PSF), que leva cuidados de saúde para as áreas mais remotas do país, promovendo a atenção primária e prevenindo doenças através de visitas domiciliares e acompanhamento médico.

regular e Programa de Controle do Tabagismo, que reduziu significativamente o número de fumantes no país e serviu de referência para outros países.

Além disso, vale destacar que a saúde pública enfrenta novos desafios, como o envelhecimento populacional e o aumento das doenças crônicas, que exigem políticas de prevenção e promoção da saúde contínuas.

Além disso, crises globais, como a pandemia de covid-19, mostraram a importância de um sistema de saúde pública bem estruturado, com capacidade de resposta rápida e eficiente para controlar surtos e epidemias.

O Brasil, através do SUS, implementou uma série de ações para controlar a pandemia, como campanhas massivas de vacinação, que foram decisivas na redução da mortalidade por covid-19.

No entanto, o financiamento adequado e a melhoria na gestão do sistema de saúde pública continuam sendo desafios para garantir a universalidade e a qualidade dos serviços.

Portanto, a trajetória da saúde pública, desde os tempos mais remotos até os dias atuais, nos ensina que políticas públicas sólidas, baseadas em ciência e equidade, são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais saudável.

### DEFINIÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA PELA OMS E OBJETIVOS

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde pública refere-se à "arte e ciência de prevenir doenças, prolongar a vida e promover a saúde por meio dos esforços organizados da sociedade".

Esse conceito enfatiza três elementos principais: a prevenção de doenças, que se dá através de práticas como imunizações, campanhas educativas e vigilância epidemiológica; a promoção da saúde que visa melhorar as condições de vida e saúde por meio de educação e políticas públicas e por fim o prolongamento da vida, garantindo que a população tenha acesso a serviços de saúde que tratem condições crônicas e emergentes.

No que se refere aos objetivos da saúde pública, estes podem ser sintetizados em três pilares centrais:

- prevenção de doenças, com foco na antecipação de riscos e na intervenção antes que problemas de saúde se agravem;
- promoção de comportamentos saudáveis e a criação de ambientes que favoreçam escolhas saudáveis;
- garantia de acesso universal e equitativo a serviços de saúde, por meio de políticas públicas de inclusão social e assistência.

Assim, esses objetivos são executados em várias frentes, desde a implementação de programas de vacinação, que são um exemplo clássico de prevenção de doenças, até campanhas de educação que promovam estilos de vida mais saudáveis, como o incentivo à prática de atividades físicas e à adoção de dietas equilibradas.

### DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA SAÚDE PÚBLICA

Para entender como a saúde pública atua, é essencial conhecer alguns de seus principais conceitos e práticas.

## Promoção da Saúde

A promoção da saúde é o processo que capacita as pessoas a aumentarem o controle sobre sua própria saúde, entendendo-a não apenas como a ausência de doenças, mas como um estado completo de bem-estar físico, mental e social (OMS, 1948).

Esse conceito vai além da prevenção de doenças e envolve: uma educação em saúde, buscando informar a população sobre os fatores de risco e hábitos de vida saudáveis, como evitar o tabagismo, praticar atividades físicas e manter uma dieta balanceada.

Além disso, a promoção da saúde busca também a criação de ambientes favoráveis à saúde, através das condições de trabalho, moradia e lazer afetam diretamente a saúde das pessoas.

Como exemplo de promoção da saúde, pode-se citar as campanhas de vacinação, pois protegem a população contra doenças transmissíveis, reduzindo sua incidência e impacto. Um caso bem-sucedido foi a campanha de vacinação contra a varíola, que levou à erradicação da doença em 1980.

## Prevenção de Doenças

A prevenção de doenças é uma das funções mais tradicionais da saúde pública e pode ser dividida em:

- **Prevenção primária:** visa evitar a ocorrência de doenças por meio de ações como vacinação e controle de fatores de risco. Um exemplo clássico é a campanha de vacinação contra a poliomielite, que erradicou a doença no Brasil;
- **Prevenção secundária:** envolve a detecção precoce de doenças, com o intuito de tratar ou controlar a doença antes que ela progride. O rastreamento de câncer de colo do útero por meio de exames de Papanicolau é um exemplo desse tipo de prevenção;
- **Prevenção terciária:** tem como foco a redução dos impactos de doenças já existentes, buscando evitar complicações ou agravamentos. Um exemplo seria a reabilitação de pacientes com doenças crônicas, como o controle da glicemia em diabéticos para prevenir complicações graves.

## Vigilância Epidemiológica

A vigilância epidemiológica é um dos principais instrumentos da saúde pública, responsável pelo monitoramento e controle de doenças em uma população.

Nesse sentido, a vigilância epidemiológica consiste na coleta sistemática, análise e interpretação de dados de saúde, utilizados para orientar ações de controle e prevenção de doenças, sendo essencial para identificar surtos e epidemias, além de monitorar a eficácia de programas de controle.

Como exemplo prático de vigilância epidemiológica pode-se citar a atuação do Ministério da Saúde do Brasil durante a pandemia de covid-19 é um exemplo importante de vigilância epidemiológica, em que monitoramento dos casos e o desenvolvimento de protocolos de atendimento foram essenciais para a contenção da disseminação do vírus e a organização do sistema de saúde.

## Determinantes Sociais da Saúde

As determinantes sociais da saúde são as condições nas quais as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, e que afetam diretamente sua saúde.

Essas determinantes incluem fatores como renda, educação, emprego, ambiente físico, saneamento básico e acesso a serviços de saúde.

Assim, a saúde pública reconhece que a saúde de uma população é influenciada não apenas por fatores biológicos, mas também por condições sociais e econômicas.

Como exemplo de determinantes sociais da saúde, pode-se citar o saneamento básico, pois está diretamente relacionado à prevenção de doenças como a diarreia, que ainda é uma das principais causas de morte infantil em várias partes do mundo.

No Brasil, o programa de expansão do saneamento básico em áreas urbanas e rurais tem sido uma política pública essencial para reduzir doenças infecciosas.

## Equidade em Saúde

A equidade em saúde é o princípio que visa garantir que todos, independentemente de sua classe social, gênero, etnia ou localização geográfica, tenham igualdade de oportunidades para alcançar o melhor estado de saúde possível, sendo que esse conceito se refere ao tratamento justo e diferenciado conforme as necessidades de saúde de cada grupo populacional.

No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), a equidade é um dos princípios norteadores, garantindo que os grupos mais vulneráveis, como populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, recebam atenção especial.

As ações afirmativas de atendimento prioritário para populações em situação de vulnerabilidade, como gestantes e idosos, são uma aplicação prática do princípio da equidade no SUS.

Da mesma forma, programas como o Mais Médicos, que visa levar profissionais de saúde para áreas remotas e carentes, refletem a busca por equidade no atendimento à saúde.

Portanto, a saúde pública é uma área de extrema importância para o bem-estar da sociedade, focando em intervenções preventivas e na promoção de condições de vida saudáveis.

Além disso, é importante ressaltar que os profissionais que atuam nessa área, como agentes comunitários de saúde e técnicos de enfermagem, desempenham um papel crucial ao garantir que essas políticas sejam implementadas e acessíveis a todos.

## POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA LOCAL

Conforme já ressaltado anteriormente, a saúde pública no Brasil é organizada a partir de princípios constitucionais que garantem o direito à saúde para todos os cidadãos, sendo dever do Estado proporcionar políticas e serviços que promovam a melhoria das condições de vida e saúde da população.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, foi um marco fundamental na organização da saúde pública brasileira, estruturando um sistema que visa à universalidade, equidade e integralidade no atendimento à população.

Assim, a estrutura e organização do sistema de saúde pública local têm como base a articulação entre os três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

Essa organização permite que os municípios, que estão mais próximos da realidade da população, tenham autonomia para executar ações de saúde pública de acordo com suas necessidades específicas, respeitando as diretrizes gerais estabelecidas pelo governo federal.

#### **Estrutura e Organização do SUS: Os Três Níveis de Atenção**

O SUS é o maior sistema de saúde pública do mundo, sendo que seu funcionamento é baseado nos seguintes princípios:

- **Universalidade:** todos os cidadãos têm direito ao atendimento de saúde, sem discriminação de qualquer natureza;
- **Integralidade:** o sistema deve fornecer uma assistência completa, desde a prevenção de doenças até o tratamento, incluindo serviços de reabilitação e promoção da saúde;
- **Equidade:** o SUS busca reduzir desigualdades, oferecendo maior atenção às populações mais vulneráveis, que têm maior necessidade de cuidados.

Esses princípios são fundamentais para garantir que o sistema funcione de maneira justa e eficaz, promovendo o acesso a todos os níveis de atenção à saúde, desde a atenção primária até a alta complexidade.

Nessa esteira, o SUS é estruturado em três níveis de atenção, que se complementam para garantir o atendimento integral à população, os quais estudaremos detalhadamente a seguir.

#### **● Atenção Primária à Saúde (APS)**

A atenção primária é o primeiro ponto de contato dos cidadãos com o sistema de saúde, sendo responsável por atender cerca de 80% dos problemas de saúde da população e desempenha um papel fundamental na prevenção de doenças, promoção da saúde e acompanhamento contínuo dos pacientes.

O Programa Saúde da Família (PSF) é o principal modelo de atenção primária, atuando de forma territorializada, ou seja, cada equipe de saúde da família cuida de um grupo específico da população.

Como exemplo, pode-se citar as Unidades Básicas de Saúde (UBS), presentes em praticamente todos os municípios do Brasil, que são os centros de atendimento da atenção primária, onde a população pode buscar serviços como consultas médicas, pré-natal, vacinas e tratamento de doenças crônicas como hipertensão e diabetes.

#### **● Atenção Secundária**

A atenção secundária abrange serviços mais especializados, como consultas com especialistas (cardiologistas, endocrinologistas, etc.) e exames complementares, como ultrassonografias e radiografias.

Geralmente, os pacientes são encaminhados para esse nível de atenção quando não podem ter suas necessidades resolvidas na atenção primária. A rede de ambulatórios de especialidades é um exemplo de serviço de atenção secundária.

#### **● Atenção Terciária**

A atenção terciária é o nível mais complexo e envolve os serviços hospitalares especializados, incluindo cirurgias de alta complexidade, internações e tratamentos intensivos. Esse nível é normalmente acessado por meio de encaminhamento da atenção secundária ou em situações de urgência e emergência.

Como exemplo desse nível, pode-se citar os hospitais de alta complexidade, como os institutos de tratamento de câncer e os centros de transplante de órgãos, são exemplos de unidades que operam no nível terciário, oferecendo tratamentos especializados para doenças graves.

#### **Descentralização e Participação Popular no SUS**

Um dos pilares do SUS é o processo de descentralização, que atribui aos municípios a responsabilidade pela execução de grande parte das ações e serviços de saúde.

Isso significa que os governos municipais têm autonomia para gerir os serviços de saúde local, o que permite maior agilidade e adequação das políticas às necessidades específicas de cada região.

No entanto, as diretrizes e o financiamento são compartilhados entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), promovendo a integração das políticas de saúde.

Além disso, a participação popular é outro elemento fundamental do SUS, garantindo que a população tenha voz ativa na definição das políticas de saúde por meio de Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde, que ocorrem em níveis municipais, estaduais e nacionais, sendo que esses mecanismos reforçam o caráter democrático e participativo do sistema.

#### **Políticas Públicas de Saúde: Exemplos de Programas e Iniciativas Locais**

Diversas políticas públicas de saúde são implementadas a nível local, com foco em atender às especificidades da população de cada região, sendo que essas políticas são formuladas a partir de diretrizes nacionais, mas permitem que os municípios adaptem suas estratégias de acordo com as demandas locais.

#### **● Programa Nacional de Imunizações (PNI)**

O PNI é um dos programas de maior destaque no âmbito da saúde pública brasileira, o qual é responsável pela vacinação em massa da população contra doenças como sarampo, poliomielite, gripe e COVID-19.

A implementação do PNI em nível local é de responsabilidade das secretarias municipais de saúde, que organizam campanhas de vacinação e garantem a logística de distribuição das vacinas.

Como exemplo de programa nacional de imunização, pode-se citar as campanhas anuais de vacinação contra a gripe, que são organizadas por cada município, mas seguem o calendário e as orientações do Ministério da Saúde, as quais são realizadas nas UBSs e em postos volantes, como escolas e centros comunitários.

## ● Programa Saúde na Escola (PSE)

O PSE é uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, voltado para a promoção da saúde entre crianças e adolescentes.

Em nível local, as secretarias municipais de saúde e educação trabalham em conjunto para desenvolver atividades de educação em saúde, como campanhas de combate ao tabagismo, orientações sobre alimentação saudável e incentivo à prática de atividades físicas.

No âmbito local, o PSE realiza palestras, exames de saúde bucal, campanhas de vacinação e triagens auditivas em escolas públicas, por exemplo, buscando detectar precocemente problemas de saúde que podem impactar o desempenho escolar.

## ● Programa Brasil Soridente

O Brasil Soridente é uma política nacional de saúde bucal, que visa ampliar o acesso aos serviços odontológicos por meio de equipes de saúde bucal que atuam nas UBSs e Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

Em nível local, os municípios são responsáveis pela coordenação dessas equipes e pela implementação das ações preventivas, como a fluoretação da água e o acompanhamento regular da saúde bucal da população.

O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de uma cidade, por exemplo, pode oferecer tratamentos mais complexos, como cirurgias orais e próteses dentárias, enquanto as equipes de saúde bucal nas UBSs realizam a prevenção e o atendimento básico.

### Desafios e Perspectivas para a Saúde Pública Local

Apesar dos avanços significativos proporcionados pelo SUS, ainda existem desafios que precisam ser enfrentados para garantir a eficácia plena do sistema em nível local.

Nesse sentido, cumpre elencar os principais desafios, que são:

- **Subfinanciamento:** a insuficiência de recursos financeiros é um dos grandes problemas enfrentados pelos municípios, o que impacta diretamente a qualidade e a disponibilidade dos serviços oferecidos à população;
- **Desigualdade regional:** há uma disparidade significativa na oferta e qualidade dos serviços de saúde entre as regiões mais desenvolvidas e as mais carentes do país, como as áreas rurais e as periferias urbanas;
- **Gestão e logística:** a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde ainda apresenta falhas, especialmente no que se refere à regulação de vagas e ao encaminhamento de pacientes para serviços de maior complexidade.

Deste modo, as políticas de saúde pública são essenciais para a promoção da saúde e prevenção de doenças, e o fortalecimento da atenção primária é um passo fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população.

No entanto, ainda há desafios a serem superados, como o subfinanciamento e a desigualdade no acesso aos serviços, que exigem a constante melhoria na gestão e organização do sistema.

Portanto, para superar esses desafios, é necessário investir em uma melhor gestão dos recursos, fortalecimento da atenção primária e desenvolvimento de políticas de incentivo à formação e fixação de profissionais de saúde nas áreas mais necessitadas.

## PAPEL DOS TÉCNICOS DE SAÚDE PÚBLICA NA COMUNIDADE

Os técnicos de saúde pública desempenham um papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças, especialmente em comunidades mais vulneráveis.

Sua atuação é essencial para assegurar que os serviços de saúde alcancem a população de maneira eficaz, preventiva e educativa. Esses profissionais, que podem atuar em diferentes especialidades, como agentes comunitários de saúde, agentes de combate a endemias, técnicos de enfermagem, entre outros, que são parte vital do Sistema Único de Saúde (SUS) e de sua estratégia de descentralização e regionalização dos serviços de saúde.

### Conceito e Funções dos Técnicos de Saúde Pública

Os técnicos de saúde pública são profissionais de nível médio ou técnico que atuam diretamente no apoio às ações de saúde coletiva, com foco em prevenção, vigilância e promoção da saúde.

De acordo com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), esses profissionais são a ponte entre o sistema de saúde e a comunidade, levando informações de saúde, educação em saúde e garantindo que as políticas públicas cheguem até a população.

Dentro desse conceito, os técnicos de saúde pública podem atuar em diversas frentes, dependendo da especialização:

- **Agente Comunitário de Saúde (ACS):** realiza visitas domiciliares, coleta dados sobre as condições de vida e saúde das famílias, orienta sobre prevenção de doenças e promoção da saúde, além de fazer o encaminhamento para os serviços de saúde quando necessário;
- **Agente de Combate a Endemias (ACE):** atua na prevenção e controle de doenças endêmicas, como dengue, chikungunya, e zika, por meio da identificação e eliminação de focos de vetores, educação em saúde e controle de zoonoses;
- **Técnico em Enfermagem:** em postos de saúde, UBSs (Unidades Básicas de Saúde) e hospitais, esses profissionais realizam procedimentos de média complexidade, como aferição de pressão arterial, administração de medicamentos e cuidados com curativos, sob supervisão de enfermeiros.

Cada um desses papéis requer a aplicação de conhecimentos técnicos, habilidades de comunicação e empatia, visto que a saúde pública tem um foco essencialmente preventivo, e a relação com a comunidade é vital para o sucesso das intervenções.

Uma experiência marcante é o trabalho dos técnicos em áreas afetadas por desastres naturais, como enchentes e deslizamentos, onde a atuação rápida é essencial para evitar surtos de doenças.

Em outra frente, em regiões amazônicas, por exemplo, agentes de saúde comunitários atuam em comunidades ribeirinhas, promovendo cuidados de saúde